

## INTRODUÇÃO.

### PISTAS EM VEREDAS SINUOSAS

J á era o tempo em que as imagens da violência referiam-se apenas às ficções de montagens cinematográficas e que o assunto era abordado somente em alguns campos do saber científico. De uns tempos para cá, a televisão, os jornais, os livros, as revistas, não poupam esforços em confrontar-nos, de forma nua e crua, com rastros, vestígios, cenas e ações violentas, em ínfimos, precisos e cuidadosos detalhes. Somos cotidianamente bombardeados por notícias e imagens insuportáveis esteticamente trabalhadas em conteúdos e cores veiculadas em jornais, revistas, televisão, panfletos. Qual destino deveria ser dado a essas imagens, se é que há outro destino possível, senão o de nos tornar copartícipes e cúmplices, direta ou indiretamente, de acontecimentos produtores de violência?

Assim como nos chegam imagens dos mais variados tipos e pelos mais diferentes meios, somos também conhecedores, em outra modalidade de participação, de explicações sobre a violência oriundas de compêndios da Sociologia, do Direito, da Medicina, da Psicanálise, dos Aparatos de Segurança, da Psicologia, da Antropologia, da Religião, da Filosofia, da Mídia, da Sabedoria Popular, da Educação e, enfim, de outros tantos espaços que se inquietam na busca pelo entendimento de determinadas nuances da condição humana, entre as quais, encontramos a violência, descrita como um fenômeno vinculado à sobrevivência e inerente à história da humanidade. As mais variadas interpretações correspondem também a imagens criadas em nosso mundo psíquico. Também não devemos nos esquecer dos textos provenientes da Literatura, muitos dos quais apresentam riquezas de detalhes ficcionais sobre a violência.

Há também os relatos testemunhais, bastante frequentes no século xx, construídos a partir de fatos vividos, verdadeiras narrativas que traduzem o que há de extremo na violência travestida de crueldade, em situações nas quais a condição humana foi completamente abolida do homem mediante a sua transformação em mero objeto – designado a suportar o que há de mais intenso no sofrimento e na dor. Essas narrativas têm diferentes origens: escritas de pessoas confinadas por ideais políticos (na luta por transformações sociais, consideradas como ameaças às normas vigentes); vestígios em formas de textos lacunares (na maioria das vezes, de pessoas que tiveram experiência em campos de concentração); testemunho de torturadores (com o intuito de isenção da culpabilidade); biografias de pessoas encarceradas em função da prática de crimes (denominados pelo saber jurídico de crimes comuns, como forma de diferenciá-los dos chamados crimes por motivos políticos ou por ideais revolucionários).

Se os meios midiáticos primam pela difusão dessas imagens há alguma razão para isso. Será que partem do pressuposto de que o espectador tem necessidade delas? Do mesmo modo, tantos escritos são produzidos sobre a violência, por algum motivo. Em princípio, alega-se que é preciso difundir o saber como forma de conscientização para o combate à violência. Todavia, não é só isso, pois quem escreve, endereça sua escrita a um leitor e, conseqüentemente, presume que os leitores busquem essas informações. O fato é que, imagens, escritos, esculturas, monumentos aparecem, não só em grande quantidade, mas também em uma velocidade considerável, ou seja, “tudo se resume no primeiro instante. Tudo se encontra conjugado imediatamente no choque dos extremos. E se a gente escamoteia esse momento de estupefação, de admiração; se a agente recusa esse momento perde-se qualquer possibilidade de compreender” (BAUDRILLARD, 2004, p. 39). Acerca da violência, os produtores de conteúdos (quaisquer que sejam) o fazem a partir da suposição de que são necessárias ao homem, no seu viver cotidiano?

Precisamos fazer, sobre essa indagação, algumas ponderações. Em princípio, o acontecimento dado aos nossos sentidos, bem como as imagens, relatos e narrativas, ocorreram em uma temporalidade, minimamente, anterior ao conhecimento dos fatos, embora acontecimento e imagens sejam, muitas vezes, enredados num instante de simultaneidade. Sendo assim, não podemos desvincular o acontecimento da imagem que dele é produzida. O mesmo não vale para as narrativas e relatos que tomam

certa distância dos eventos. Certamente, a parafernália técnica produtora das imagens emparelha-se ao próprio evento, motivo pelo qual poderíamos mesmo afirmar que, no universo midiático, seria admissível pensar em imagem conjugada com o acontecimento, ou mesmo que a imagem assume o primeiro plano, deixando o acontecimento em um lugar de menos destaque. A imagem é o acontecimento.

Mas, é preciso salientar que função tem a imagem, a narrativa, o relato. Provavelmente, essas produções sobre cenas de violência servem de refúgio imaginário, quer dizer, uma espécie de proteção utilizada pelos espectadores e leitores para minimizar a dura realidade do acontecimento. Seria, por assim dizer, uma forma de evasão. De certo modo, os produtos dos acontecimentos referidos à violência podem muito bem funcionar como uma espécie de violência ao acontecimento, na medida em que o desloca, para o segundo plano. Além disso, não aciona, no homem, mecanismos de reação para o acontecimento, visto que toda a reatividade dirige-se à imagem, ao relato e à narrativa. Se os acontecimentos fundem-se com as produções feitas para trazê-los a lume, então a imagem, o relato, a narrativa e outros meios de informação, acabam, em certa medida transformando-se no acontecimento, que é alçado à condição de mera ficção retratada pelos meios midiáticos e outros de difusão de informação. Disso deduz-se que a fusão do evento, com aquilo que dele é produzido, escapa às denominações de virtual e real, pois há nessas produções, uma concentração de modo que os eventos ficam reduzidos àquilo que deles são apresentados, rompendo os tênues limites, nessas circunstâncias, entre o que é da ordem do real e o que é da ordem da ficção.

Eis como chegamos a um estágio supremo na divulgação de informações sobre a violência, em todos os níveis possíveis. Disso então temos uma consequência: tanto o acontecimento quanto aquilo que dele é produzido torna-se algo inimaginável, a ponto de escapar aos limiares de representação. Sendo assim, estamos diante de acontecimentos que são irrepresentáveis em diferentes planos: político, econômico, antropológico, sociológico, psicológico, pois enquanto acontecimento puro, evidenciado ao homem, encontra-se além de qualquer possibilidade representativa. Daí produzir o choque, o espanto, a admiração.

Não obstante, tem-se na divulgação dos acontecimentos, pelos diversos meios, um fato curioso: uma possível reversão ocorre, pois aquilo que deveria informar, no sentido de advertir ao homem sobre situações

extremas, acaba produzindo incerteza, temor, paralisação, seja por significar o acesso a um território em que coisas, supostamente impossíveis ou inadmissíveis, acontecem; seja porque significa também uma quebra da linearidade dos fatos: a atualização dos eventos pela imagem, relato, narrativa, pode ser um fator que gera violência, mas certamente, uma forma violenta de trazer a lume os fatos não condiz com princípios éticos a fim de acessar os acontecimentos.

Assim, nos situamos diante de um verdadeiro impasse: os fatos devem ser divulgados, quanto a isso não há nenhuma dúvida. A reticência consiste então na escolha dos métodos para fazer chegar ao homem informações que não imbriquem: real e ficção. Contudo, ao seguir essa via, corre-se o risco de perder o que há de fascinante nas cenas de violência, aspecto cuidadosamente explorado na produção de imagens, na elaboração de textos, na estruturação de narrativas e em outras formas de divulgação.

Não por acaso, somos informados de que uma reportagem sobre a cobertura, por uma rede de televisão, de dado acontecimento foi premiada. Disso concluímos que as catástrofes e a apresentação de cenas de violência podem ter um fim jubilatório, à medida que aquilo que, em princípio, da ordem do inimaginável, é trazido ao público com qualidades premiáveis. Nesse sentido, à violência do fato acontecido é acrescida outra: a da imagem, a do relato, a da narrativa, que assumem a dimensão de uma ficção que ultrapassa os meios ficcionais, promovendo um esfumaçamento nos fatos da realidade, pois a circulação dos acontecimentos conjuga, a um só tempo, a luz branca da imagem, a nitidez da escrita, o conteúdo inquestionável das narrativas com a magia sombria da violência.

Todavia devemos, quanto a isso, uma explicação. Por um lado, o acontecimento, no âmbito da experiência humana, tem por função produzir rupturas e descontinuidades, transformando radicalmente o estado das coisas. Por outro, a imagem, o relato, a narrativa são verdadeiras promessas de continuidade, na medida em que fundem, de certo modo, o real com o ficcional. Se o acontecimento encontra-se em um plano, o da violência bruta, aquilo que dele é produzido encontra-se em outro: o âmbito da ação simbólica, razão pela qual reveste-se de fascinação singular em termos da curiosidade humana. Certamente, os produtos que divulgam os acontecimentos são o equivalente a alguma coisa sinistra, mas que exerce um fascínio irresistível que conclama o homem a estar presente

àquele momento, paralisando e direcionando o seu pensamento para o teor das ações que lhe chegam.

Ficamos presos às informações por algum motivo que tem, para nós, importância fundamental. Em princípio, alimentamos a esperança de encontrar uma explicação para a causa produtora de ações violentas, dada a nossa posição subjetiva de que tais ações são inimagináveis. Daí recorremos a explicações de cunho religioso, de vingança, de acerto de contas, de estratégia política e, também, não descartamos a possibilidade de que, mesmo a violência fazendo parte das condições de sobrevivência, muitas ações violentas são fruto de uma escolha e de um planejamento. Mas dificilmente sabemos o que se oculta por trás das fachadas das imagens de cenas violentas; dos escritos que apresentam minúcias de situações que beiram o insuportável; de narrativas requintadas de detalhes obscenos.

Diante das imagens a que temos acesso, voluntariamente ou não; embora tenhamos a disposição certas estratégias para evitá-las, nossa ação é de impotência, dada a paralisação a que somos acometidas pelas fortes emoções que nos invadem em decorrência da presentificação imperiosa dessas imagens. Indignados, plasmados, impotentes, temerosos, amedrontados, de pouquíssimos recursos dispomos para evitar o confronto direto com a violência. Eis o preço a ser pago pelo grande progresso em nosso presente cotidiano, visto que “toda potência visível é impotente contra a morte ínfima, mas simbólica de algumas pessoas” (BAUDRILLARD, 2004, p. 54). Mesmo estando diante de um monstro indomável, o progresso científico, o homem dispõe de alternativas. Caberá lançar mão delas ou não. Quer dizer, não somos totalmente passivos, embora o esfacelamento provocado pelas ações violentas afete diretamente nossas singularidades. Quanto a isso temos de recuar para tecer algumas considerações nesse percurso por sendas sombrias.

Em primeiro lugar, precisamos indagar sobre qual seria a finalidade dos meios de comunicação em dispor, para um grande número de pessoas, a dor, o sofrimento, a impotência, a morte, a devastação, os estados de ruínas, o sangue, visto que, com relação, por exemplo, à divulgação de fotos de violência, conforme afirma Sontag (2013, p.13), “não sofrer com essas fotos, não sentir repugnância diante delas, não lutar para abolir o que causa esse morticínio, essa carnificina, seriam as reações de um monstro moral”. É preciso saber que tanto podemos ter uma mobilização do homem diante de um material que exponha,

no mais íntimo, cenas de violência; quanto à adoção de uma postura de apatia, nesse caso, traduzida em monotonia e indiferença. Contudo, por um lado, devemos considerar que os meios de comunicação vivem da difusão de informação, e certamente competem entre si para atrair o maior número de espectadores. Por outro, sustentam a crença de que as pessoas devem saber de determinados acontecimentos, mesmo que para isso determinadas barreiras sejam extrapoladas, determinados silêncios sejam quebrados, formas de esquecimento protetoras sejam imperiosamente lembradas, assim como também devem existir pessoas que são minimamente afetadas (ou não), diante de conteúdos referidos a cenas de violência – divulgadas por quaisquer que sejam os meios. Além disso, determinados massacres, carnificinas, catástrofes naturais, execuções (registrados no exato momento em que acontecem) são exploradas de tal modo, a ponto de tornarem-se ingredientes rotineiros na oferta de entretenimento televisivo, tanto por meio de jornais diários quanto por séries exibidas semanalmente.

Nesse contexto em que a violência é apropriada pelos meios de difusão, dificilmente a retratação de uma ação violenta corresponde à sua representação, ou mesmo mantém fidelidade aos fatos. Como em uma produção fílmica ou literária, em que parece haver uma substituição dos sobreviventes e mortos por personagens de uma ficção, sendo então informado o acontecimento com uma espécie de produção onírica. Mas não devemos negligenciar o papel de uma imagem, de uma fotografia, de um relato, ao adquirirem a força de uma máxima que se impõe como verdade, obrigando o homem a fixá-la em sua memória como uma cena estanque, descontextualizada de outros tantos determinantes além dos valores estéticos. E, além disso, sinalizar que “os sofrimentos mais comumente considerados dignos de ser representados são aqueles tidos como fruto da ira, divina ou humana” (SONTAG, 2003, p. 37). Então nos indagamos: a quem se destina os produtos que são veiculados sobre cenas de violência? Essa é uma questão de difícil resposta.

Em primeiro lugar, poderíamos pensar, dirigem-se aos entes queridos, no sentido de viabilizar, minimamente que seja, uma elaboração da perda. Essa pode ser uma aposta de quem produz material para circulação de acontecimentos referidos à violência, tanto a violência produzida por catástrofes naturais, como a violência que decorre de um projeto concernente à vontade humana.

[CONTINUA...]